

Apresentação

Os textos que compõem este número da Revista de Educação Popular trazem questões centrais à educação emancipatória e realçam os diferentes sujeitos que integram o processo educacional protagonista. Resultantes de questões que permeiam a formação societária contemporânea, tais textos relevam preocupações históricas e suas permanências, ao mesmo tempo em que recolocam desafios a serem superados em busca de uma formação protagonista e cidadã.

Os dois primeiros artigos refletem o histórico e a essência da educação popular e os sentidos da educação pública e autônoma. Em um momento tão singular como o vivenciado pela sociedade brasileira, a reflexão sobre o campo e as necessidades das quais emergiram a educação popular, seu papel, suas potencialidades, nos parece bastante salutar como elemento de integração a valores emancipatórios.

O terceiro artigo discorre sobre educação e escola pública nos anos de 1990. A reflexão, à luz dos dias atuais, aponta elementos importantes para entendermos o momento anterior como também indica questões importantes aos dias atuais como a condição pública (e universal) da educação como um direito essencial à reprodução social emancipatória.

O quarto e quinto artigos, em diálogo com os anteriores, trazem à reflexão o debate acerca da função, mas, principalmente, das potencialidades da avaliação. Não por acaso, em ambos, há a posição incisiva de uma avaliação processual e que efetivamente contribua para a construção do sujeito estudante como protagonista do processo educacional. Seja no âmbito da educação infantil ou em outras etapas do processo de educação formal, o que se defende é a construção de uma concepção mais rica e complexa de avaliação.

O sexto artigo apresenta o cotidiano de professoras ligadas à educação do campo. No contexto e nas tessituras do texto, revela-se a intrínseca relação daquele cotidiano com as políticas públicas fundamentais ao Estado Democrático de Direito, em que a educação se releva como direito essencial. Revelam-se, também, os desafios de um processo que se constrói no dia-a-dia de uma realidade reveladora de um país com tantas diversidades (às vezes adversas) a serem consideradas no sentido de se evitar homogeneizações, como vez por outra se imagina ou se propõe ser possível.

O sétimo artigo mostra a experiência do Cursinho Popular Emancipa e as potencialidades de experiência como estas. Isto porque, concomitante ao ingresso do aluno de educação básica no ensino superior tem-se também – e com igual importância – o processo formativo ao estudante na graduação. Fundamentalmente, tem-se, por meio de programas e projetos desta natureza a contribuição efetiva à Universidade Pública ofertante para que esta cumpra seu papel social e possa referenciar socialmente suas práticas, saberes e conhecimentos.

O artigo subsequente traz à luz um elemento essencial à educação popular e emancipatória: a necessidade permanente de uma sociedade continuamente educada em direitos humanos. A partir dos direitos humanos da mulher e, especialmente, a partir da leitura de situações de mulheres em situação de violência intrafamiliar, apresenta-se uma rica discussão da necessidade do enfrentamento da violência em suas diversas matizes como condição essencial à emancipação social.

O décimo artigo reflete a contação de histórias como mediadora para o enfrentamento de uma situação tão delicada quanto a de crianças com câncer. Com delicadeza, o texto desvela momentos de rara sensibilidade, em que educação e imaginação são postas a serviço do enfrentamento dos desafios na área de saúde. Um convite para pensarmos as potencialidades da educação popular colocada a serviço das práticas sociais em diálogo com as diversas realidades que se apresentam no cotidiano.

Por fim, os dois últimos artigos postulam sobre a necessidade de (re)conhecimento, e (re)afirmação identitária. O que se desvelam, em ambos os textos, são práticas e saberes reveladores de modos de vida bastante ricos e que foram capazes de sustentar a reprodução social. Reflexões como estas demonstram como os estudos orientados pelos princípios da educação popular trazem a dimensão emancipatória pela defesa irrenunciável da diversidade como direito e como condição para a emancipação social que se busca e que fundamenta a constituição de uma sociedade efetivamente democrática e reconhedora de direitos.

Tão ricos como os artigos, os relatos de experiência também permitem reflexões bastante densas, ao mesmo tempo em que contribuem para reposição de questões centrais à educação que se movimenta em busca da emancipação social. Fundamentam-se nas experiências constituídas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), interessante política pública com grandes potencialidades e, ainda, na construção permanente de formas de abordagem e discussão acerca do uso de drogas e dependência química. Não por acaso, as duas experiências relatadas trazem à luz políticas públicas intrinsecamente ligadas ao enfrentamento de desafios sociais forjados no processo histórico de reprodução social brasileira. A riqueza desses relatos revela-se por trazerem à discussão a construção de estratégias e práticas de enfrentamento de questões essenciais à reprodução social emancipatória, mas que, por décadas, foram ignoradas. Se os relatos explicitam longos caminhos a percorrer, também apontam que o caminho já foi iniciado.

Isto posto, convidamos os/as leitores/as às reflexões colocadas nestes textos, que se constituem em mais um momento do permanente diálogo como etapa essencial à construção da sociedade que desejamos. Boa leitura.

Gláucia Carvalho Gomes
Editora